



MARCOS LEGAIS

Módulo II Políticas Públicas e Direitos Humanos

Aula 2 Saúde

Para compreender e analisar políticas públicas é fundamental conhecer seus marcos legais. Toda política pública, uma vez que regulamenta direitos dos cidadãos, tem gênese na Constituição Federal. Esta, ao determinar as competências do Estado, é a primeira referência legal para a elaboração, execução e avaliação de políticas públicas. É, no entanto, a legislação infra-constitucional que orienta e regula cada política pública aos estabelecer parâmetros para a gestão pública através de leis específicas, chamadas leis orgânicas ou leis complementares.

Em muitos casos há, ainda, resoluções de autoria dos Ministros que estabelecem normas operacionais básicas que para políticas públicas específicas. Tais resoluções, conhecidas pela sigla NOB (normas operacionais básicas), constituem, somadas à Constituição e à legislação infra-constitucional, o marco legal de cada política pública.

Este suplemento indica os principais marcos legais referentes ao conteúdo desenvolvido em cada aula.

Constituição Federal

Constituição Federal de 1988 e emendas: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>

Importante: Neste link você encontrará também, ilustradas por meio de uma linha do tempo, todas as emendas feitas à Constituição no período de 1988-2006, e seus respectivos textos integrais.

Legislação Infra-constitucional e NOBs

Lei 8080/90 – Lei Orgânica da Saúde: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/LEI8080.pdf>

Importante: Neste Link você encontrará a lei 8080 de 1990 que, tal qual define sua ementa, “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”.



Lei 8142/90: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Lei8142.pdf>

Importante: Neste Link você encontrará a lei 8142 de 1990 que, tal qual define sua ementa, “dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde - SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências”.

NOB SUS 01/96:

http://portal.saude.gov.br/saudelegis/leg_norma_espelho_consulta.cfm?id=3449662&highlight=&bkp=pesqnorma&fonte=0&origem=0&sit=0&assunto=&qtd=10&tipo_norma=27&numero=2203&data=&dataFim=&ano=1996&pag=1

Importante: Neste Link você encontrará a norma operacional básica assinada em novembro de 1996 que, tal qual define sua ementa, “redefine o modelo do Sistema Único e Saúde”.

NOB da Assistência à Saúde NOAS SUS 2002:

http://portal.saude.gov.br/saudelegis/leg_norma_espelho_consulta.cfm?id=3747712&highlight=&bkp=pesqnorma&fonte=0&origem=0&sit=0&assunto=&qtd=10&tipo_norma=27&numero=373&data=&dataFim=&ano=2002&pag=1

Importante: Neste Link você encontrará a norma operacional básica assinada em fevereiro de 2002 que, tal qual define sua ementa, cria normas para a assistência à saúde na medida em que “amplia as responsabilidades dos município na atenção básica; estabelece o processo de regionalização como estratégia de hierarquização dos serviços de saúde e de busca de maior equidade; cria mecanismos para o fortalecimento da capacidade de gestão do sistema único de saúde e procede a atualização dos critérios de habilitação de estados e municípios”.

Pacto Pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e suas Diretrizes Operacionais:

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/prtGM399_20060222.pdf

Importante: Neste Link você encontrará a portaria 399 de fevereiro de 2006 que divulga o Pacto pela Saúde, consolidando o SUS e suas diretrizes básicas.

Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal:

http://www.stn.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/lei_comp_101_00.pdf

Importante: Neste Link você encontrará a lei complementar 101 de junho de 2000 que, tal qual define sua ementa, “estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal”.